

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal da Saúde

1. Condições gerais da contratação

1.1. Definição do objeto: Aquisição de bens comuns, por itens, através de Sistema de Registro de preços para compra de eletrodomésticos e dispositivos eletrônicos, para a Secretária Municipal de Saúde (SMS).

1.2. Especificações e quantidades

Item 01 - Filtro (refil) para purificador de água. (conforme termo de referência)

Descritivo: Refil para troca no purificador de água da marca Libell - modelo Acquaflex Hermético ou marca Latina- modelo PA 335 - obrigatório original da marca para manter a boa funcionalidade e usufruir da garantia de 12 meses do aparelho adquirido.

Quantidade: 100 Unidades.

Item 02 - Purificador de água. (exige termo de referência)

Descritivo: Reservatório de água hermético. Sistema de refrigeração por compressor. Especificações mínimas: Armazenamento de água gelada: 2,0 litros; Vida útil do elemento filtrante: 3.000 litros; Aparelho para ponto de uso: (POU); Tensão: 220V – 60Hz; Capacidade de refrigeração: 3,6 litros/hora com ambiente a 32°C e água a 27°C. - Indicador luminoso- ligado e água refrescada; Cor branca.

Quantidade: 15 Unidades.

Item 03 - Bebedouro de pressão, filtro de água incluso, duas torneiras.

Descritivo: Confeccionado em aço inox. Torneira (copo e jato) em latão cromado, com regulagem de jato d'água. Voltagem: 220V. Certificado pelo Inmetro.

Medidas aproximadas: Altura: 1,12 m; largura: 32 cm; profundidade: 31 cm. Garantia mínima de 12 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 04 - Televisor LED 32". (exige termo de referência)

Descritivo: Televisor LED de 32", voltagem 220V, manual do usuário em português, resolução em alta definição (HD), decodificador digital para recepção de TV aberta com suporte à interatividade, gravador pessoal de vídeo para gravação em HD externo ou pen drive, função sleep timer, conexões HDMI, áudio e vídeo, PC-IN, porta LAN e



entrada USB, compatível com Wi-Fi. Modos de imagem: normal, esportes, suave e usuário. Ajuste de luz de fundo e temperatura de cor. Modos de som: padrão, música, filmes, esporte e usuário. Potência mínima de áudio de 2 x 6W RMS. Acompanha controle remoto, 2 pilhas AAA, cabo de energia, cabo P2/RCA e kit de montagem do pedestal. Garantia mínima de 18 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 05 - Televisor LED 55", Smart TV, 4K. (exige termo de referência)

Descritivo: Televisor LED com resolução Ultra HD 4K, mínimo de 55", idioma do menu em português, conversor digital integrado e conexão com internet via Wi-Fi. Conexões mínimas: 2 HDMI traseiras, 1 entrada de vídeo componente compartilhada com composto (RCA traseiro), 2 entradas de vídeo composto (1 traseira e 1 lateral), 2 USB e 1 saída de áudio digital óptico. Sistema de TV NTSC, PAL-M, PAL-N e ISDB-TB. Ângulo de visão mínimo de 170°. Potência mínima de áudio de 18W RMS. Acompanha controle remoto com pilhas, manual de instruções e cabo de força. Voltagem bivolt. Garantia mínima de 24 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 06 - Suporte de televisor plasma, LED ou LCD, de 32" a 55". (Conforme termo de Referência).

Descritivo: Suporte articulado compatível com televisores LCD/LED de 32" a 55". Acompanha manual de instalação, parafusos, buchas para TV e parede, além de organizador de cabos.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 07 - Suporte de televisor plasma, LED ou LCD, de 55", regulagem telescópica para teto. (conforme termo de referência)

Descritivo: Suporte de teto compatível com TVs LCD, LED, Plasma, 4K e Curva. Possui regulagem telescópica e acompanha kit de parafusos e manual de instalação.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 08 - Forno micro-ondas, capacidade 30 litros. (conforme termo de referência)

Descritivo: Forno micro-ondas de uso doméstico ou institucional leve, com capacidade mínima de 30 litros, tensão 220V e potência mínima de 620W. Possui painel digital com visor LED ou LCD, mínimo de 5 níveis de potência, funções aquecer e descongelar, prato giratório em vidro temperado, iluminação interna e porta em vidro temperado. Cor branca. Acompanha manual em português. Produto certificado pelo INMETRO, com



garantia mínima de 12 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 9 - Refrigerador tipo frigobar, capacidade mínima de 70 litros. (conforme termo de referência).

Descritivo: Frigobar compacto de 1 porta, na cor branca, com capacidade mínima de 70 litros e compartimento freezer integrado. Alimentação 220V, controle manual de temperatura, degelo manual, prateleiras removíveis, compartimento extra frio, espaço para garrafas de até 2,5 litros e eficiência energética classificação “A” no selo Procel. Garantia mínima de 12 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 10 - Refrigerador, capacidade mínima 260 litros. (conforme termo de referência)

Descritivo: Refrigerador duplex com duas portas e sistema Frost Free (degelo automático), na cor branca, com capacidade mínima de 260 litros. Alimentação em 220V, iluminação interna em LED ou equivalente, mínimo de 3 prateleiras internas com altura regulável confeccionadas em vidro temperado ou material equivalente, pés deslizantes e niveladores. Produto com classificação energética mínima “A” no Selo Procel, certificado pelo INMETRO e garantia mínima de 12 meses com assistência técnica autorizada em território nacional.

Quantidade: 25 Unidades.

Item 11 - Refrigerador, capacidade mínima 320 litros. (conforme termo de referência).

Descritivo: Refrigerador duplex com duas portas e sistema Frost Free (degelo automático), na cor branca, com capacidade mínima de 320 litros. Alimentação em 220V, iluminação interna em LED ou equivalente, mínimo de 3 prateleiras internas com altura regulável confeccionadas em vidro temperado ou material equivalente, pés deslizantes e niveladores. Produto com classificação energética mínima “A” no Selo Procel, certificado pelo INMETRO e garantia mínima de 12 meses com assistência técnica autorizada em território nacional.

Quantidade: 25 Unidades.

Item 12 - Freezer Horizontal. (conforme termo de referência).

Descritivo: Freezer horizontal com tampas superiores basculantes, capacidade mínima de 300 litros, cor branca e dupla função. Faixa de temperatura ajustável entre -23°C e +8°C, termostato de fácil acesso, vedação em borracha de alta eficiência, sistema de dreno frontal e pés niveladores ou rodízios. Produto com classificação mínima “A” no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, certificado conforme normas



vigentes e garantia mínima de 12 meses.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 13 - Ventilador de coluna. (conforme termo de referência)

Descritivo: Ventilador de coluna na cor preta, potência mínima de 160W, equipado com 6 pás modelo turbo, tensão 220V e classificação energética "A". Possui regulagem de altura, ajuste de inclinação e seleção de velocidades. Produto certificado pelo INMETRO e garantia mínima de 12 meses.

Quantidade: 20 Unidades.

Item 14 - Fragmentadora de papel comercial. (conforme termo de referência)

Descritivo: Fragmentadora de papel com capacidade mínima para fragmentar 10 folhas simultaneamente, além de cartões e pequenos grampos. Possui abertura de inserção aproximada de 225 mm, cesto com capacidade mínima de 20 litros, função reversão, sensor automático de presença de papel, rodízios para transporte, alimentação em 220V e potência mínima de 500W. Nível de segurança P-4 conforme norma DIN 66399.

Quantidade: 10 Unidades.

Item 15 - Fone de ouvido. (conforme termo de referência)

Descritivo: Fone de ouvido tipo headset com microfone flexível, destinado a reuniões online. Possui apoio de cabeça com regulagem de altura, auriculares almofadados, redutor de ruídos, acabamento profissional na cor preta, conexão P2 (3,5 mm), som estéreo, alto-falante de 40 mm, potência mínima de 45 mW, sensibilidade aproximada de 110 dB e cabo com comprimento mínimo de 1,50 metro.

Quantidade: 50 Unidades.

Item 16 - Headset - Fone de ouvido.

Descritivo: Fone de ouvido tipo headset para aparelho telefônico, com conector RJ9, na cor preta, microfone tipo eletreto, cápsula receptora dinâmica e cabo com comprimento aproximado de 1,5 metro. Sensibilidade e resposta de frequência adequadas para comunicação telefônica profissional.

Quantidade: 25 Unidades.

Item 17 - Pen drive 16GB. (conforme termo de referência)

Descritivo: Pen drive com capacidade de armazenamento de 16GB, dimensões aproximadas de 5 cm de altura e 12 cm de largura.

Quantidade: 80 Unidades.



1.3. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

(X) Não () Sim, Justificar:

1.4. Da Classificação do Objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da lei n.º 14.133/21 e no estudo técnico preliminar, apêndice deste termo de referência.

1.5. Prazo de Vigência: O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que o preço registrado seja comprovadamente vantajoso para administração pública. Conforme previsto no Art.84 da lei n° 14.133/2021.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação: A justificativa da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnico preliminares, apêndice deste termo de referência.

2.1. Previsão no PCA: A previsão no PCA encontra-se pormenorizado em tópico específico dos estudo técnicos preliminares

3. Descrição da solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto e especificação do Produto: A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos estudos técnicos preliminares.

4. Requisitos da Contratação

4.1. Dos requisitos: Os requisitos da contratação encontram-se detalhados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Vedação de Marca: Não se aplica a esta contratação.

4.3. Exigência de amostras e provas de conceito: Dispensa-se a apresentação de amostras e a realização de prova de conceito.

4.4. Exigência de carta de solidariedade: Dispensa-se a apresentação de carta de solidariedade.



4.5. Participação de cooperativas: Será admitida a participação de cooperativas.

5. Modelo de execução do Objeto

5.1. Prazo de Entrega: Será de 20 dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente ao envio do empenho pela Administração por – Email.

5.1.1. O prazo supra poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, desde que devidamente justificada a necessidade pela contratada quando do recebimento do empenho.

5.2. Local de entrega: Rua Ibirapuitã, nº 885 – Salgado Filho – CEP 94025-000

5.3. Condições de entrega

5.3.1. O prazo de garantia contratual dos bens, será de 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior. A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.3.2. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do produto.

5.3.3. Quando notificada, a contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de comunicação do fato pela Administração para a contratada.

5.3.4. Este prazo de garantia contratual inicia sua fluência sempre da data do recebimento provisório dos bens.

5.4. Prazo de Validade:

5.4.1. O(s) prazo(s) de validade para o objeto será(ão) o(s) descrito(s) abaixo, contado(s) da data de entrega.

5.4.2. Deverá estar especificada na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade.

5.4.3. A CONTRATADA deverá garantir a utilização do(s) item(ns) do objeto durante sua validade.



5.4.4. Prazo mínimo de validade: Deverá ser no mínimo 75 % (setenta e cinco por cento) do prazo de validade total dos produtos, a contar da fabricação, na data da entrega.

5.5. Instalação de Equipamentos

5.5.1. As empresas fornecedoras de equipamentos que exijam instalação deverão realizá-la no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da solicitação formal emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

5.5.2. A solicitação de instalação poderá ser efetuada pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data da entrega efetiva dos equipamentos.

5.5.3. É de responsabilidade da Contratada a instalação completa dos equipamentos, incluindo o fornecimento e a instalação de até 5 (cinco) metros de tubulação de cobre para condução de gás e líquido, com todas as conexões, isolamentos e suportes necessários. Quando aplicável, também deverá ser providenciado o uso de escadas ou outros equipamentos de acesso adequados para viabilizar a instalação nos pontos indicados.

5.6. Substituição do objeto

5.6.1. A CONTRATADA deverá entregar o objeto nas apresentações exatamente iguais aquelas constantes no termo de referência e na proposta. Não serão aceitos substituição de itens com apresentação diferente daquela constante na proposta vencedora, exceto quando houver fato superveniente e desde que atendidas as seguintes condições:

5.6.1.1. O pedido de substituição deverá ser protocolado na Secretaria Municipal da Saúde, acompanhado da comprovação da impossibilidade de entregar o item com a apresentação exatamente igual à ofertada na proposta vencedora previamente aceita, assim como a indicação da nova apresentação, acompanhada dos documentos exigidos na habilitação;

5.6.1.2. A nova apresentação deverá atender a todas as exigências deste Termo de Referência e, se for o caso, obter parecer favorável da amostra emitido pela Secretaria requisitante de acordo com os critérios de avaliação estabelecidos neste Termo de Referência.

5.6.1.3. O preço ofertado não será alterado nas substituições da apresentação do item ofertado.



5.6.1.4. Por apresentação entende-se os meios pelos quais se individualiza o item e tenham sido solicitados no momento do preenchimento da proposta, tais como: marca, fabricante, modelo, abatedouro, frigorífico, fornecedor, n.º do Registro na Anvisa, Certificado de Aprovação – CA, entre outros.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O contrato será gerido e fiscalizado nos termos da Lei Municipal N° 4.464/2022 e os casos de descumprimento/irregularidades serão apurados consoante disciplinado na Lei Municipal N° 4.453/2022.

6.3. Gestor do Contrato: Viviane Roani Pezaroglo Romer e Daiane Pires da Silva

6.4. Fiscal do Contrato: Karen Fabiola da Silva

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Recebimento provisório e definitivo

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material.



7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 21 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) número do empenho;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão ou entidade contratante;



d) o valor a pagar; e

e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.2.5. Para fins de liquidação, o contratado se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, nos termos do inciso XVI, do Art. 92 da Lei 14.133/2021.

7.2.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.2.7. O contratado deverá observar os termos constantes nos Decretos Municipais nº 19.203/2021 e 19.388/2021 e suas alterações.

7.3. Pagamento

7.3.1. O pagamento à contratada será realizado no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis após o recebimento da nota fiscal e do atestado da Fiscalização.

7.3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.3. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

7.4. Antecipação de pagamento

(X) Não será permitido

() Poderá haver o pagamento antecipado, desde que atendido os requisitos do parágrafo 1º, do Art. 145 da Lei 14.133/2021 e após avaliação do caso concreto pela administração.



8. Forma e critérios de seleção do fornecedor

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preços.

8.2. Qualificação técnica

8.2.1. Comprovação do registro no INMETRO. (quando exigida, estará INDICADA no descritivo de cada item).

9. Estimativas do valor da contratação: Especificações e quantidades conforme documento anexo a este termo de referência.

10. Da dotação orçamentária: As despesas correrão a conta da dotação:

Órgão/Unidade Orçamentária	Vínculo	Ação	Elemento de Despesa
13	15001002	2304	3339030
13	15001002	2304	3449052

11. Obrigações do Contratante

11.1. O Contratante compromete-se a realizar as aquisições necessárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), conforme a demanda efetiva do órgão, observadas as condições estabelecidas neste instrumento.

11.2. O Contratante compromete-se a efetuar os pagamentos devidos à Contratada, relativos aos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, conforme os prazos e condições estabelecidos neste instrumento.

11.3. O Contratante compromete-se a prestar os esclarecimentos necessários à Contratada, sempre que solicitado, acerca das disposições constantes na Ata de Registro de Preços (ARP)



11.4. O Contratante compromete-se a fiscalizar a execução do presente instrumento contratual, verificando o cumprimento de suas cláusulas e especificações técnicas. Em caso de constatação de qualquer irregularidade, a Contratada será formalmente notificada, sendo-lhe assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente

12. Obrigações da Contratada

12.1. A Contratada se obriga a efetuar a execução do objeto, conforme especificações, prazo e local constantes na proposta, no Edital, no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar;

12.2. A Contratada se obriga a manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Gravataí, imediatamente, qualquer alteração nas condições que deram ensejo à sua habilitação;

12.3. A Contratada se obriga a arcar com débitos fiscais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e de responsabilidade civil, bem como despesas com viagens, estada e permanência de pessoal decorrentes da contratação;

12.4. A Contratada deverá reparar, remover, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

12.5. A Contratada assume exclusiva e integral responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil, penal ou fiscal, inexistindo solidariedade do contratante relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros;

12.6. A Contratada deverá observar todas as disposições contidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital;

12.7. A Contratada deverá respeitar todos prazos descritos no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e no Edital;

12.8. A Contratada deverá manter seu cadastro atualizado junto ao portal do município de Gravataí, em especial o endereço eletrônico (e-mail), visto que todas as comunicações relativas à contratação serão encaminhadas por e-mail, e presumir-se-ão recebidas no



primeiro dia útil que se seguir ao envio, na forma do parágrafo único, do art. 4º da Lei 4.453/2022;

12.9. A Contratada deverá fornecer a garantia conforme descrito deste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

12.10. A Contratada obriga-se a cumprir as disposições da Lei Municipal nº 4.993/2025, que estabelece a obrigatoriedade de programas de integridade (*compliance*) para empresas que mantêm vínculos contratuais com a Administração Pública Municipal.

13. Das sanções e penalidades

13.1. Nos casos de atraso injustificado na execução dos serviços ou de atraso no adimplemento das obrigações contratuais, o contratante poderá aplicar à contratada multa moratória diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, desde que a ocorrência tenha sido registrada pelo fiscal do contrato, até o valor máximo de 30% (trinta por cento).

13.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência, no caso de faltas leves.
- b) Multa compensatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).
- c) Impedimento de licitar ou contratar, no caso de faltas médias.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos causados, nos casos de faltas graves.

13.3. Serão consideradas **faltas leves**, para fins do disposto no item 13.2, além das previstas no inciso I, do caput do Art. 155 da lei nº 14.133/2021, aquelas relativas à inobservância da cláusula 12.8 deste termo de referência

13.4. Serão consideradas **faltas médias**, para fins do disposto no item 13.2, além das previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da lei nº 14.133/2021, aquelas



relativas a inobservância e/ou descumprimento das obrigações contidas na cláusula 12.6 deste termo de referência

13.5. Serão consideradas **faltas graves**, para fins do disposto no item 13.2, além das previstas nos incisos VIII, IX, X, XI, e XII do caput do ART.155 da lei nº 14.133/2021, aquelas relativas a inobservância e/ou descumprimento das obrigações contidas nas cláusulas 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, 12.5, 12.7,12.9 e 12.10 deste Termo de Referência.

13.6. Para fins de aplicação das multas previstas nas cláusulas 13.1 e 13.2 será considerada ocorrência registrada pelo fiscal do contrato aquela falta que, após identificada e notificada pela fiscalização à contratada, não foi solucionada e/ou atendida no prazo estabelecido na notificação.

13.7. A critério exclusivo da contratante, o recebimento das multas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento devido à contratada o valor correspondente à penalidade aplicada.

13.8. As multas previstas nas cláusulas 13.1 e 13.2 são independentes e autônomas, sendo que a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outra por parte da contratante.

13.9. As multas por possuírem natureza pecuniária poderão ser cumuladas com outras sanções.

13.10. O contratante poderá cobrar as multas administrativa e judicialmente;

13.11. No caso de aplicação de quaisquer das penalidades previstas nas cláusulas acima, é assegurada à contratada o direito de ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado.

13.12. O pagamento de multa pelo contratante não o exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que possa acarretar à Administração.

14. Observações adicionais

14.1. O não cumprimento dos prazos referidos sujeita a empresa às penas previstas em legislação relacionada às licitações públicas, entre outras.

14.2. A empresa vencedora deverá enviar juntamente com as propostas dos Pregões catálogo com fotos e especificações da marca e o modelo dos produtos ofertados; ou site completo para pesquisa, caso a empresa não envie documento que seja possível realizar a verificação do descritivo indicado no termo de referência o item será desclassificado.

14.3. Os materiais deverão ser entregues devidamente embalados com as devidas informações para a sua identificação e conferência.

14.4. Todas as comunicações relativas à contratação serão encaminhadas ao e-mail, no correio eletrônico da empresa cadastrada junto ao Órgão emissor da notificação, e



presumir-se-á recebida no primeiro dia útil que se seguir ao envio, na forma do parágrafo único do art. 4º da lei 4453/2022.

14.5. Conforme os Decretos Municipais nº 19388/21 e nº 19398/21 que versam sobre a alteração da retenção de IR nas contratações de bens e prestação de serviços com vigência a contar de 01/01/2022, não se aplicando as empresas optantes pelo simples nacional.

14.5.1. As novas regras de retenção de imposto de renda estão vigentes desde 02/01/2022 conforme DECRETO MUNICIPAL nº 19.388 de 06/12/2021 que adota a IN RFB nº 1234/2012 para fins de retenção de IRRF nas contratações de bens e na prestação de serviços realizadas pelo Município de Gravataí, desta forma, solicitamos que cada empresa verifique seu enquadramento na legislação vigente e proceda a emissão da Nota Fiscal da forma correta.

14.5.2. Para venda de mercadorias as informações deverão constar no campo Observações/ Informações complementares na DANFE.

14.5.3. Ressaltamos que as notas fiscais de serviço emitidas em desacordo não serão aceitas e deverão ser substituídas, em caso de DANFE, será necessário emitir carta de correção, portanto, o prazo de pagamento terá início a contar da emissão da nova nota fiscal/carta de correção.

14.5.4. Solicitamos que as empresas optantes pelo Simples Nacional enviem a Certidão de Optante pelo Simples Nacional que pode ser gerada através do link abaixo:
<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>

Gravataí, 01 de junho de 2026.

